

UMA REVISÃO DAS PRINCIPAIS INTERPRETAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO CATARINENSE À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONALISTA E DAS DOTAÇÕES DE FATORES

Thiago Periard do Amaral*
João Rogério Sanson**

Resumo:

Este artigo revisa criticamente os principais estudos sobre o desenvolvimento econômico de Santa Catarina. Como base para isso, apresentam-se sucintamente as idéias da teoria institucionalista de North e das dotações de fatores. A divisão das correntes de pensamento sobre o desenvolvimento catarinense é aquela sugerida por Goularti Filho (2002) em que se destacam: os desenvolvimentistas, os schumpeterianos e a hipótese de crescimento articulado. Na discussão dos principais pontos defendidos por esses trabalhos, faz-se uma contraposição aos argumentos da teoria institucionalista e das dotações de fatores.

Palavras-chave:

Institucionalismo, dotação de fatores, interpretações teóricas do desenvolvimento catarinense.

Abstract:

This paper critically reviews the main studies about the economic development of Santa Catarina. In order to this, will be rapidly shown the ideas of institutional theory of Douglass North e factors endowment theory. The division of interpretations about Santa Catarina's development is that suggested by Goularti Filho (2002) which may be pointed: The cepalians, the schumpeterians e the hypothesis of joint growth. In the discussion about the main issues regarding this works, is made a counter discussion with the arguments of institutional e factor endowment theories.

Key words:

Institutionalism, factors endowment, Santa Catarina's development theories.

1. Introdução

A historiografia econômica predominante sobre o Estado de Santa Catarina tem explicado seu desenvolvimento econômico sob a ótica heterodoxa, embora se desdobrando em variadas correntes. Contudo, não se encontra nessa literatura uma abordagem mais ortodoxa, no sentido de utilizar a teoria dos custos transacionais, identificada como uma corrente da moderna teoria institucional. Considera-se aqui essa corrente como ortodoxa, por usar uma metodologia marginalista.

Neste artigo, far-se-á uma breve revisão sobre os principais trabalhos que trataram recentemente da formação econômica de Santa Catarina. O ponto de vista do artigo, da contraposição à teoria institucionalista, pode contribuir para acrescentar novos pontos não discutidos pelos autores heterodoxos. A classificação dos estudos heterodoxos será a de Goularti Filho (2002), tomada como a referência principal deste artigo. Essa classificação atualiza uma classificação desse tipo feita originalmente por este autor que destaca três correntes principais: desenvolvimentista conservadora, schumpeteriana e a do crescimento articulado, defendida pelo próprio autor.

* Prof. do Departamento de Economia e Finanças da UFJF. Doutorando em Economia pela UFF.
E-mail: tperiard@hotmail.com

** Prof. do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. E-mail: jrsanson@mbox1.ufsc.br.

Segundo a corrente desenvolvimentista conservadora, há um grau de dependência entre a economia estadual e a nacional que impediu o desenvolvimento econômico do estado devido a essa relação dependente. Com base em argumentos da teoria institucionalista, mostrar-se-á que a relação econômica de Santa Catarina com o resto do país não deve ser julgada sobre este ângulo onde o estado sai perdendo sempre ao se integrar com a economia do resto do país.

Sobre a corrente schumpeteriana, apresentar-se-ão os argumentos sobre o papel crucial dos colonos alemão e italiano para o sucesso de algumas colônias ao se industrializarem. Essa relevância pode ser rediscutida sob o ponto de vista institucionalista, ao expandir-se a análise para fatores que ajudam a entender as razões do sucesso desses imigrantes.

Na terceira corrente, a do desenvolvimento articulado, Goularti Filho (2002) propõe que o desenvolvimento estadual se deu de forma complementar ao do resto do Brasil e, por isso, articulado a esse processo. Além disso, as condições do Estado para se articular com o processo nacional tiveram facilitadores em sua própria dotação geográfica, ou, mais precisamente, em sua formação sócio-espacial, que viabilizaram um desenvolvimento econômico específico das colônias de imigrantes europeus não-lusitanos.

Para apresentar essas correntes e revisá-las sob a ótica da teoria institucionalista e das dotações de fatores, este artigo apresentará, inicialmente, na próxima seção, os principais conceitos dessas teorias. Além disso, o trabalho irá contar com mais três seções onde serão apresentadas as correntes de interpretação do desenvolvimento econômico catarinense. Por fim, serão feitas as considerações finais acerca de caminhos de pesquisa alternativos que a utilização de conceitos como as dotações de fatores sugerem.

2. As dotações de fatores como um avanço da teoria institucionalista

North e Thomas (1978) reintroduziram as instituições, com base em custos transacionais *à la* Coase (1937), ao debate econômico de inspiração neoclássica e dessa forma ampliaram o foco dessa análise. Essa visão oferece uma nova possibilidade de se questionar os condicionantes do desenvolvimento econômico de longo prazo e como as sociedades devem agir para buscar instituições que favoreçam esse desenvolvimento, dando soluções teóricas positivas e normativas.

Pelo lado do aspecto positivo de suas afirmações, pode-se dizer que a inclusão das instituições no rol de fatores relevantes para o entendimento do desenvolvimento econômico permitiu uma nova forma de encarar a discussão sobre os benefícios do mercado como forma de promover eficiência e crescimento econômico. Sem tais condições as possibilidades do desenvolvimento social ficam bastante limitadas. Do lado das recomendações políticas, pode-se deduzir que a garantia de contratos e instituições que preservem boas relações de mercado são fundamentais para o desenvolvimento no longo prazo.

Para ampliar as idéias de North, trazendo à discussão os fatores que estariam configurando as instituições (principalmente o que levava às soluções de mercado), novos trabalhos vieram à tona para qualificar as afirmações da teoria institucionalista. Dentre as principais colaborações, podem-se citar as que sugeriram que poderia haver certo grau de condições iniciais em determinadas regiões que acabariam por marcar por séculos a trajetória de determinada região. A essas condições iniciais Engerman e Sokoloff (1997) deram o nome de dotação de fatores e acrescentaram que esses fatores são fundamentais na constituição do ambiente econômico-social e, portanto, são os limitadores da evolução institucional *à la* North. Engerman e Sokoloff (1997) definem como dotação de fatores: terra, mão-de-obra e

outros recursos.¹ Porém, sua análise foca sobre a determinação dos fatores de cunho geográfico na limitação das evoluções das instituições. Poder-se-ia argumentar que eles sugerem um certo grau de determinismo geográfico, já que as condições iniciais seriam condicionantes para o processo futuro. Ao contrário, dizem apenas que o fator geográfico também deve ser levado em consideração junto com todos os fatores que levaram a uma colonização de determinado padrão.

Engerman e Sokoloff (1997, p.272-275) e Engerman e Sokoloff (2000, p. 221), classificam colônias segundo a dotação de fatores inicial para mostrar como isso promoveu uma *path dependence* distinta em cada uma e, por isso, a existência de tamanho de desequilíbrio nas Américas. Para tanto, eles as dividiram em três grupos distintos que possuíam diferentes dotações de fatores: no primeiro, eles juntaram colônias que tenderam (devido a suas dotações iniciais) a trazer taxas de retorno mais elevadas para a exploração de metais preciosos, como Bolívia e México; no segundo grupo, colônias onde a maior rentabilidade era advinda da instalação de *plantations*; e, por último, colônias com dotações que favoreciam - por ser mais barato, dadas as dotações geográficas daquela região - o povoamento e reconstrução de relações sócio-econômicas trazidas da Europa.²

Nos séculos XVII e XVIII, os dois primeiros tipos de colônia sobressaíam frente ao terceiro grupo, pois era muito mais vantajoso para as empreitadas coloniais a exploração de imensas terras agriculturáveis no sistema mercantilista que havia sido desenvolvido na Europa. O uso de escravos e a concentração de terras tornavam o empreendimento mais rentável, dadas as condições de exploração que se abriram com a descoberta do Novo Mundo.

No entanto, esse sistema de exploração com grandes propriedades e uso de mão de obra escrava resultou em forte iniquidade. Essa iniquidade permitiu que pequenos grupos de pessoas tivessem poder político desproporcional e dessa forma as instituições foram se desenvolvendo e beneficiando somente um pequeno grupo que deteve a capacidade de impor à sociedade altos custos em favor da diminuição de suas próprias perdas. O caso brasileiro pode ser entendido sob essa ótica, pois a estrutura desigual da sociedade fez com que um pequeno grupo de senhores de engenho (ou outros monopólios estatais) se destacassem desproporcionalmente numa sociedade composta de escravos em sua maioria, na maioria. Isso se refletiu num arranjo institucional preparado para manter e reproduzir esse tipo de sistema que beneficiava quem detinha o poder e, portanto, detinha a maior capacidade de controlar as mudanças.

O grupo das colônias de povoamento é onde pode ser encaixada boa parte das colônias inglesas da América do Norte. Nesse tipo de sociedade, cresceram as relações econômicas internas e houve a reprodução da vida que existia na Europa. Por causa da dotação inicial de fatores, ou seja, do tipo de terreno e de clima pouco favoráveis à monocultura de exportação, não era rentável a exploração daquelas colônias para o pacto colonial de *plantations*. O que era mais rentável naquelas condições era a tentativa de mimetização das condições europeias

¹ “[A]s dotações de fatores podem ser aproximadamente definidas como: terra, trabalho, clima e outros recursos, também suas peculiaridades e circunstâncias idiossincráticas que definam a região” (p. 263, nossa tradução).

² Uma pergunta relevante do ponto de vista de história do pensamento econômico é até que ponto Furtado (1959) adiantou essa análise. Ao classificar os tipos de colônias, Furtado usa a classificação de Paul LeRoy Beaulieu, de colônias de povoamento versus colônias de exploração (RICUPERO, 2005), assim como já o havia feito Prado Jr. (1996, 1.^a ed. de 1942). Contudo, ao longo do livro ele menciona os diferentes tipos de economia das Américas, com base numa classificação setorial, distinguindo as economias da mineração, agrícola (açúcar, algodão e café), pecuária etc., não utilizando os argumentos da dotação de fatores. Uma distinção importante usada por Furtado é quanto à presença da mão-de-obra escrava, do tipo de abertura econômica para o exterior e de suas consequências quanto à escolha de políticas econômicas. Mas o detalhamento de tais pontos não é objetivo do presente trabalho.

no Novo Mundo. Isso levou ao pouco uso de mão de obra escrava, sendo a grande maioria da mão-de-obra advinda de imigrantes interessados na recriação de suas terras natais. Esse fator inicial permitiu uma diferenciação ao não se estabelecerem na região grandes propriedades agrícolas, sendo constante nos Estados Unidos e Canadá a presença da pequena propriedade rural excluída do sistema agro-exportador.

No início da trajetória dessas colônias, esses fatores foram impeditivos de uma intensificação das instituições mercantilistas no mercado norte americano. Essa falta de condições iniciais para exploração de resultados baseados na grande propriedade e trabalho escravo levou a uma situação em que esses países foram durante os séculos iniciais de suas histórias mais atrasados do que os concorrentes do resto do continente americano. No entanto, com o passar do tempo, esses países dispuseram de condições mais favoráveis ao crescimento de longo prazo, pois suas instituições estavam ligadas às possibilidades de se tentar maior endogenização de seus resultados e não preocupadas com sua inserção no mercado internacional de *commodities*.

A dificuldade em ingressar no comércio internacional, que num primeiro momento atrapalhou o desenvolvimento inicial daquelas colônias, permitiu mais tarde que aquelas instituições voltadas para a dinâmica interna recobrassem seu valor, permitindo um ambiente muito mais seguro e atrativo para o crescimento econômico. Como estavam preocupadas com seus interesses internos, isso permitiu que as instituições se desenvolvessem de maneira a intensificar as trocas no mercado interno, criando um alto nível de sinergia nas relações econômicas dessas colônias.

Portanto, Engerman e Sokoloff (2000) ajudam desta forma a esclarecer como é importante o papel das instituições - ressaltando que essas evoluem condicionadas pelas condições “ambientais” dentre as principais, terreno e clima - para definir o padrão de crescimento de uma sociedade no longo prazo: a distribuição de riquezas, o estabelecimento de preços relativos (é mais barato investir em capital ou mão-de-obra), a política (os interesses que estão sendo priorizados), os direitos de propriedade, o sistema financeiro e de impostos e outros elementos que definem as relações intra-sociais. São os responsáveis por nos mostrar como essa sociedade evoluiu e quais são as condições e caminhos necessários para que o desenvolvimento se dê de forma mais ou menos intensa.

Desta forma buscou-se apresentar sucintamente as principais conclusões da teoria das dotações de fatores e mostrar como ela pode ser entendida como um avanço na teoria institucionalista. Nas próximas seções, procurar-se-á empregar alguns desses conceitos de maneira que as teorias apresentadas nestas seções possam ser repensadas e ponderadas à luz dos conceitos discutidos acima.

3. A visão Cepalina (Desenvolvimentista Conservadora)

Os estudos de Mattos (1968) e CEAG/SC (1980) têm por referencial teórico as idéias difundidas pela teoria da dependência, mais tarde aprimoradas em recomendações de política econômica propagadas pela CEPAL (Comissão de Estudos Econômicos para a América Latina). De forma geral, essas idéias tinham por base a premissa de que a situação de subdesenvolvimento dos países latino-americanos era decorrente da dependência comercial e financeira que estes tinham em relação às suas metrópoles políticas e/ou financeiras.

Segundo o estudo clássico de Caio Prado Júnior (1996), o Brasil não logrou um processo de desenvolvimento econômico vigoroso como o experimentado pelos Estados Unidos por não ter obtido sua independência financeira quando se deu seu processo de emancipação política. Segundo o autor, o que o Brasil fez foi a mera troca informal de

metrópole: da anterior dependência político-econômica de Portugal para, a partir de 1808 com a abertura dos portos, à submissão econômica aos interesses da nova metrópole econômica que substituiu Portugal: Inglaterra.

Essa visão de que a submissão econômica à metrópole justifica o sub-desenvolvimento dos países latino-americanos foi utilizada em diversos estudos econômicos como maneira de atribuir a fatores externos nossa condição de atraso econômico. Para corroborar essa visão, a partir da década de 60 ganha força a interpretação também bastante conhecida de Raúl Prebisch (1968) de que a dependência latino-americana se devia aos termos de troca deteriorados em favor dos países ricos que com isso impunham ganhos desiguais ao comércio com os países não-industrializados, dentre os quais os países latino-americanos.

A idéia cepalina então afirmava que os países de terceiro mundo eram subdesenvolvidos porque suas exportações tinham baixo valor agregado enquanto os países de primeiro mundo (antigas metrópoles para Caio Prado Jr.) tinham exportações com elevado valor de troca o que resultava em ganhos desproporcionais. Os países de terceiro mundo ficavam então sempre em desvantagem em favor da produção de produtos mais sofisticados nos países desenvolvidos, ou seja, vendiam alimentos para comprar tecnologia, o que se revelava para os autores da CEPAL a causa da impossibilidade de crescimento; até que se forçasse através de investimentos estatais a industrialização e a mudança no perfil de produção dessas regiões subdesenvolvidas, que por meio da industrialização estatal poderia concorrer com os produtos externos num processo de substituição de importações e teriam o decorrente desenvolvimento oriundo dessa substituição.

Essa visão estava ligada à idéia de autores keynesianos—no Brasil, chamados de desenvolvimentistas—de que o Estado deveria intervir na economia de forma a superar este atraso tecnológico e dessa forma recuperar os termos de troca para poder se desenvolver e competir com os países desenvolvidos. A implementação dessa idéia no Brasil esteve ligada ao Processo de Substituição de Importações (PSI) que objetivava superar o subdesenvolvimento com o voluntarismo estatal em investir em mercados onde a oferta privada era insuficiente ou inexistente. Para tal tarefa os governos a partir da década de 50 e 60 entram num processo de intensificação de investimento estatal com vistas ao PSI com grandes aportes na infra-estrutura econômica e setores de indústria pesada típicos da segunda revolução industrial.

Em Santa Catarina, essa fase de desenvolvimentismo teve ampla importância na transformação do padrão de desenvolvimento do Estado assim como em todo o Brasil, que se tornou um país urbano e industrializado (embora que ainda não tenha completado o processo definitivamente houve uma ruptura e um salto em relação ao modelo agro exportador adotado até a década de 30). Foi durante o PSI que as principais indústrias dinâmicas, tais como metal-mecânica e cerâmicas, se instalaram e se consolidaram no cenário estadual (MATTOS, 1968, cap.3). Mesmo o setor agrário do Oeste do Estado se aproveitou do surto industrial para buscar sua consolidação no mercado nacional e internacional com o fortalecimento de empresas da região como Sadia e Perdigão que se tornaram grandes *players* do mercado nesse período.

Por ter sido diretamente beneficiado com essa visão é claro que o governo estadual e por conseguinte as pesquisas vinculadas ao caso catarinense fossem viesadas em superestimar o que diziam os estudos cepalinos e desenvolvimentistas devido ao grande impacto dessas idéias sobre o aporte de recursos canalizados para a modernização e intensificação do capitalismo também no Estado catarinense.

Fernando Mattos (1968) e CEAG (1980) partem de premissas parecidas que invocam as utilizadas pela CEPAL com análises braudelianas e marxistas que parecem destinadas mais

a corroborar uma visão normativa sobre o desenvolvimento econômico catarinense do que levantar os reais fatores e causas numa explicação positiva daquele processo. Desta forma, Mattos (1968, p. 29) conclui:

“O Estado de Santa Catarina deve fazer o máximo possível para expandir a sua produção manufatureira com vistas a obter melhores benefícios nas relações de troca com os demais estados federativos.”

Ambos os estudos partem do princípio de que a economia catarinense seria uma espécie de periferia da economia central brasileira que estava sendo representada por São Paulo, pelo Paraná e pelo Rio Grande do Sul. Assim como na teoria de centro-periferia o Estado catarinense estava em uma situação de desvantagem em relação aos outros Estados do “centro”, pois a economia catarinense era uma produtora agrícola e importava manufaturados de São Paulo, tendo como consequência desse esquema de dependência o subdesenvolvimento e a incapacidade de inserção da economia estadual no cenário nacional. Assim, segundo CEAG (1980, p. 24-25.):

“À “periferia” cabe fornecer ao “centro” matéria-prima ... No caso específico do Brasil, o eixo Rio - São Paulo formaria o “centro” nacional, “satelitizando” as demais regiões, que formam a “periferia interna”. Em alguns casos poderá se tornar conveniente a industrialização de algumas áreas periféricas ... casos concretos, sobretudo na industrialização de Blumenau e Joinville.”

Essa visão é aceitável se se pensar que os maiores interessados em defendê-la estavam intimamente ligados aos aspectos práticos que poderiam decorrer de sua aceitação. Ao se aceitar que Santa Catarina era um estado periférico e, portanto, deveria ter aportes estatais que financiassem seus investimentos em infra-estrutura, estava se aceitando a idéia de que a dependência somente seria superada com a presença de um forte estado keynesiano a lhe incentivar. Desta forma, os dois principais representantes dessa visão defendem o maior investimento na indústria catarinense. Isso é natural quando se está fazendo um trabalho com o objetivo de servir de base para novos rumos no investimento estatal, como era o caso do estudo realizado pela CEAG (1980, p. 17); ou se tentasse convencer a opinião pública de que as idéias de um plano de metas eram justificáveis para a superação da dependência Mattos (1968, p. 11) que era secretário de governo de Nereu Ramos, governador que adotou o plano de metas nos moldes desenvolvimentista no Estado.

Portanto, essa visão não poderia explicar totalmente a realidade, visto que dela se quer extrair uma visão ideológica que visa legitimar um processo maior de intervenção estatal com base nas justificativas dessas teorias encontradas em Caio Prado Jr. ou na CEPAL.

Haber e Klein (1997), em sua discussão sobre a teoria da dependência sob a ótica institucional, afirmam que a dependência brasileira em relação à Inglaterra já vinha sendo intensificada indiretamente desde o Tratado de Methuen. Devido a condições internas, não foi possível ao Brasil aproveitar seu processo de independência para alavancar seu desenvolvimento econômico. Aliado ao fato de o processo de independência brasileiro não ter representado nenhuma mudança profunda na organização social do país, eles argumentam que a teoria da dependência não é justificada devido ao pequeno impacto das mudanças estruturais provocadas pela independência. A preferência comercial pela Inglaterra não resultava de políticas internas e poucas foram políticas tomadas após a independência, resultando que a independência se não foi capaz de promover o desenvolvimento brasileiro também não modificou bruscamente nenhuma instituição da economia, o que resultou na permanência do Brasil nos mesmos padrões da época de colônia.

Para Haber e Klein (1997), os argumentos da teoria da dependência não são válidos para explicar o atraso brasileiro, mas sim o déficit das instituições nacionais em promoverem tanto o crescimento interno como uma estrutura social mais justa. Para os autores, o ambiente pouco atrativo para a realização de investimento foi o que tornou o passo do país mais lento, dificultando o salto para a revolução industrial. Os principais fatores que impediram a indústria têxtil de se instalar com a mesma rapidez que a observada nas colônias da América do Norte foram os elevados custos transacionais que podiam ser identificados, por exemplo, na insegurança dos transportes e sobre os empréstimos de capitais, além da imobilidade do capital por conta da falta de instituições avançadas de *funding*³.

Desta forma, a teoria institucionalista ajuda a avançar sobre a visão dos autores desenvolvimentistas ao procurar explicações para o atraso ou avanço de determinadas regiões devido ao grau de desenvolvimento das instituições votadas para o mercado. Santa Catarina teve um desenvolvimento bem peculiar e por isso se deu a tamanha diversidade de padrões encontrados no Estado. Uma das características é o nível de inserção do Estado na economia nacional, e não se pode dizer que todo o Estado a tenha feito em mesmo grau, pois devido à dotação de fatores cada região tinha maior ou menor tendência a interligação com o sudeste brasileiro.

Segundo a teoria institucionalista, não se pode considerar a economia catarinense como periferia, pois a mesma estava inserida no contexto institucional brasileiro e muitas das relações entre o Estado e o resto do país eram marcadas pela complementaridade. Inclusive, grande parte da região oeste foi colonizada com intenção de integração e expansão da fronteira agrícola brasileira. Portanto, o que de fato revela o desenvolvimento são fatores maiores do que a mera relação dos termos de troca do comércio catarinense com o resto do Brasil.

Assim como o Brasil teve problemas internos, principalmente no avanço de instituições financeiras de crédito, que impediram seu desenvolvimento, Santa Catarina também teve uma conjunção de fatores que levaram ao desencadeamento de fatos tal como ocorrido. Porém a extrapolação para a visão dependista não resiste à análise mais apurada quanto à inserção catarinense na economia nacional, que mostra que o estado não era uma entidade separada da nação brasileira e sim parte integrante do mesmo sistema no qual estava inserido São Paulo e todos os demais estados brasileiros.

A visão institucionalista, desta forma, inverte o foco de análise proposto pelos desenvolvimentistas. Enquanto estes buscam causas externas de difícil averiguação empírica, Haber e Klein buscam razões internas para a trajetória de determinado sistema, destacando a facilidade que os empresários tinham para financiar seus investimentos e por conseguinte promoverem a industrialização. É pouco provável que somente as causas apontadas pelos autores retratados nesta seção sejam capazes de explicar a diversidade econômica e social observada no Estado já que ele estaria condicionado pela sua subordinação em relação a São Paulo. Amaral (2007), ao contrário, baseando-se na hipótese das dotações internas de fatores — de como essas determinaram o desenvolvimento de instituições de mercado —, busca uma explicação alternativa de como Santa Catarina teve sua trajetória de inserção peculiar na economia nacional.

³ Haber e Klein (1997, p. 254).

4. A visão schumpeteriana

Outra visão bastante difundida sobre o fenômeno do desenvolvimento econômico em Santa Catarina está relacionada com o papel que o imigrante europeu não-lusitano⁴ desempenhou nesse processo. Além do papel do imigrante como grupo, há o destaque especial aos imigrantes que obtiveram sucesso em relação aos outros e que consolidaram empresas de crescente participação no mercado nacional. Essa visão é conhecida como hipótese schumpeteriana (MICHELS, 1993 e 1998).

Essa visão étnica é creditada por Bossle (1988, p.48, n.33) prioritariamente a Mamigonian (1965). De fato, este autor imprime um caráter étnico e geográfico em seu estudo, mas não chega a mencionar explicitamente as idéias de Schumpeter. Na primeira parte do estudo, há uma forte ênfase no papel do empresariado de origem alemã (MAMIGONIAN, 1965, p.396-410). De acordo com Goularti Filho, 2002, p.37), Mamigonian (1986) ainda “... associa o bom desempenho econômico das regiões catarinenses a um tipo específico de imigração ...” Na segunda parte, há uma discussão da geografia da indústria blumenauense sob o paradigma marxista. Na mesma linha do papel do empresário, embora sem enfoque étnico, Bossle (1981) conta a história de Henrique Lage, um dos pioneiros da indústria carbonífera no Brasil. Nesse sentido, esses estudos podem ser descritos como voltados para a história da vida privada, ou história empresarial, complementando ou até servindo de base para abordagens mais amplas, na tradição francesa dos *Annales*.

É Hering (1987, p. 85), citando Bresser-Pereira (1962),⁵ quem, explicitamente, refere-se à hipótese schumpeteriana. Ela faz um breve resumo das idéias de Schumpeter (1982, cap.2), cuja primeira edição é de 1911, mencionando também as demais condições para que os indivíduos com mais iniciativa possam identificar boas oportunidades de negócios. Isso inclui um ambiente institucional adequado e motivação psicológica, presente normalmente entre imigrantes. Ao mesmo tempo, ela destaca não só o *know-how* dos imigrantes como a superioridade da mão-de-obra, além de se deter em fatores específicos de cada família de sucesso no processo de industrialização, para — ao analisar o caso de cada família — inter-relacioná-los com o desempenho do Estado como um todo. Contudo, ela não se detém na explicação desses condicionantes para tentar obter a partir dos casos descritos uma imagem do que teria acontecido no sistema econômico catarinense de forma geral.

Para caracterizar esse ambiente condicionante da atividade empresarial dos imigrantes, Hering (1987) parte do princípio de que a colonização catarinense proporcionou um ambiente fechado onde as trocas e as poupanças tendiam a ocorrer internamente. Essa internalização devida à presença de pequenas propriedades de terra e da imigração alemã foi fundamental para a formação de poupança e capital no interior das colônias o que seria posteriormente reutilizado na própria colônia por meio do investimento de alguns visionários, que, por não terem onde aplicar seu capital intensificaram o emprego dele dentro de sua produção.

Essa análise pode parecer com a idéia de North de que condições internas de utilização de capital em expansão de mercados foram o que definiu o padrão de desenvolvimento de longo prazo. Outra característica que pode remeter, mesmo que não precisamente, às

⁴ Trabalhos como CEAG (1980) e Bossle (1988) tratam a imigração como alemã, outros como Goularti Filho (2002) se referem à imigração européia. Como a imigração não foi exclusivamente alemã e as primeiras imigrações portuguesas também eram européias, optou-se aqui por chamá-las de imigração não-lusitana, por se referir de forma mais abrangente aos colonos predominantemente de partes da Europa ao leste dos Pirineus.

⁵ Bresser-Pereira (1964), em complemento a esse estudo sobre o papel do empresariado no desenvolvimento econômico, trata das origens do empresariado paulista. Na parte referente à origem étnica, constata que os descendentes de italianos constituíam o grupo principal, ao redor de 35%, rejeitando a hipótese de que seriam descendentes dos barões do café. Na avaliação do autor, porém, o fator fundamental estava em os antepassados próximos terem sido imigrantes, tornando-os dispostos a assumirem maiores riscos em atividades econômicas.

conclusões de North é a idéia da condição básica desempenhada pela cultura religiosa germânica (que o autor reconhece como instituição importante, porém não é o foco de sua explicação econômica). Ela estimulava a acumulação de capital pelo fato de a poupança ser vista como um ato de agrado a Deus. Essa é a visão defendida por Weber (1978).

Essas duas idéias estão presentes na obra de Hering, no entanto as conclusões de seu livro não passam pelo questionamento e aprofundamento dessas questões, pois a autora resolve relegar esses motivos a um mero fundamento para o verdadeiro motivo por trás da dinâmica industrial que começava a se formar. Para a autora, o que realmente define o processo de desenvolvimento é a presença de empresários inovadores e visionários que, ao investirem suas poupanças novamente na dinâmica interna das colônias, aumentavam a produtividade de suas empresas e, por conseguinte, de todo o Estado.

Bossle (1988, p.35), também numa tese doutoral, publicou um ano depois um resumo da hipótese schumpeteriana:

“(…) é de consenso geral entre os autores catarinenses que a inovação empresarial, segundo a teoria de Schumpeter, ligada a outros fatores de maior importância, promoveu a industrialização de Santa Catarina. O empresário inovador, neste caso, esteve representado pela mentalidade dos alemães, através de sua experiência e *know-how* que, transferidos e postos em prática, abriram espaço ao descobrimento e criação de novos mercados, em função do desenvolvimento capitalista”.

Devido à grande importância do papel do empresário inovador, essa visão ganhou o nome de hipótese schumpeteriana. Essa análise apareceu no clássico *Teoria do Desenvolvimento Econômico* de Joseph A. Schumpeter, cuja primeira edição é de 1911. Partindo de uma situação de equilíbrio geral, que ele descreve como um fluxo circular, seria necessário um tipo de empresário inovador que quebrasse os processos estabelecidos para dar partida a um processo de desenvolvimento. Esse empresário inovador seria diferente do administrador que toca eficientemente processos já existentes. Nesse sentido, essa análise se aproxima bastante da economia austríaca, com sua ênfase na análise de desequilíbrio. Mas a obra de Schumpeter enfatiza outros elementos necessários para o desenvolvimento econômico fundado no progresso tecnológico, sendo um deles o sistema de crédito e o outro o mercado de capitais. Portanto, para Schumpeter, um empresário só pode ser inovador quando as condições sociais, institucionais e financeiras permitem a externalização de seu dinamismo.

Hering (1987) e Bossle (1988), embora reconhecendo a visão schumpeteriana mais ampla para desenvolvimento econômico, dão ênfase talvez excessiva ao papel do empresário inovador, ao destacarem o papel das famílias Hering, Renaux e Lage. Com base nesse papel, justificam o surgimento de um ambiente que foi positivo para a indústria catarinense, e não o contrário, como tenderia a argumentar o institucionalismo e o próprio Schumpeter. Portanto, chamar de schumpeteriana a visão difundida pelas autoras pode ser inadequado, pelo fato de a análise ser contrária ao discutido nas idéias de Schumpeter.

Segundo a teoria institucionalista de North e Thomas (1978) o papel do empresário tem grande importância na configuração das instituições de determinada região. Portanto, uma revisão poderia traçar paralelos entre a visão dos schumpeterianos catarinenses com a teoria institucionalista. Uma análise institucionalista poderia traçar a importância dos empresários na tentativa de fazer “lobby” junto às organizações governamentais em favor de suas atividades econômicas. Ou seja, de acordo com North, o quanto eles conseguiram defender seus direitos de propriedade por meio de leis que assegurassem seus resultados econômicos.⁶

⁶ De um ponto de vista marxista, esse é o foco principal de Michels (1993).

Livros como os de Bossle e Hering permanecem como boa fonte de pesquisa para o que se convencionou chamar de história da vida privada. Pelo acesso a três das mais importantes famílias empresariais do Estado – Lage, Hering e Renaux –, as autoras puderam servir o leitor com uma ampla gama de referências e “estórias” que somente alguém tão íntimo dos acontecimentos poderia revelar. Esses fatos históricos privados ajudam principalmente a colocar luz sobre a dinâmica da vida no início das colônias. Daí se podem tirar muitos aspectos mais amplos que ajudarão a entender a formação econômica do estado sob uma ótica com foco mais aberto.

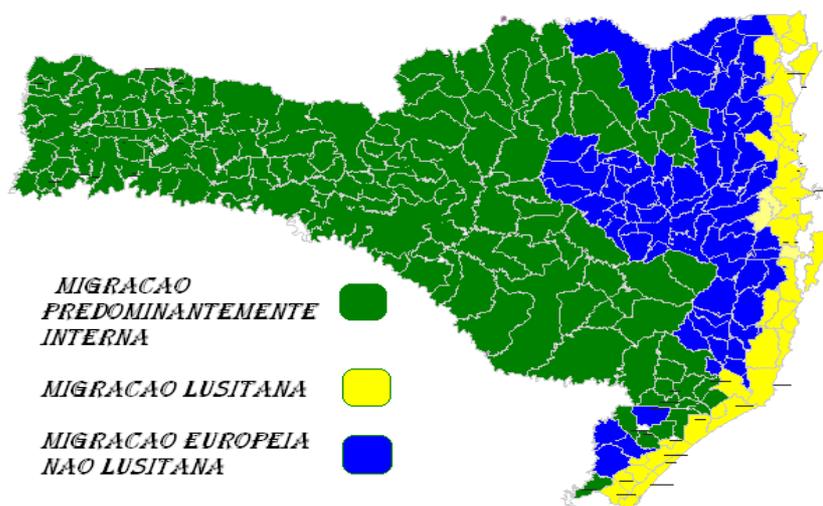
Cunha (1982) divide a história econômica do Estado em fases e enfatiza a evolução da estrutura industrial até 1945. Destaca também o papel e as consequências para o desenvolvimento de cada sub-região das diferentes levas de imigrantes. A primeira leva importante, ocorrida na fase de 1746 a 1850, foi basicamente a de origem portuguesa dos Açores. Ficaram fortemente atrelados à atividade extrativista de monocultura ou de pesca. A fase de 1850 a 1880, em que se consolida a indústria local, artesanal, é marcada pela imigração não-lusitana. Dessa fase em diante, o autor segue Mamigonian (1965), que marca o resto do livro. Porém, há menção também do papel da colonização italiana no desenvolvimento industrial do sul e do meio-oeste do Estado. Isso ocorre nas duas fases posteriores: 1880-1914 e 1914-1945.

Marcante na fase de 1746 a 1850, foi o fracasso da colônia alemã de São Pedro de Alcântara, fundada 21 anos antes de Blumenau. Segundo Ax-Wilhelm e Sanson (2002), o fracasso econômico dessa colônia enfraquece a hipótese schumpeteriana por conta de o perfil étnico das duas colônias ser similar. Fatores como o tipo de terras disponíveis, o tipo de apoio governamental e a fase do ciclo econômico do país podem ter sido mais importantes. A colônia de Blumenau começou como empreendimento privado em 1850, mas foi estatizada apenas cinco anos depois. Assim como em São Pedro de Alcântara, o diretor da colônia passou a ser funcionário público, no caso o próprio Dr. Blumenau. A segunda metade do séc. XIX, especialmente após a Guerra do Paraguai, foi marcada por maiores gastos públicos de apoio à atividade econômica e por uma fase nacional de expansão de indústrias locais.

Portanto, as etnias dos imigrantes predominantes nas duas primeiras fases de Cunha (1982), sendo a de lusitanos na fase de 1746 a 1850 e a de não-lusitanos na fase de 1850 a 1880 alemã, contrastam-se. Segundo a visão das dotações de fatores, não parece que a cultura tenha isoladamente um papel tão preponderante assim. Seria a rentabilidade dos negócios possíveis à colônia que determinariam a possibilidade de sucesso dos imigrantes com determinada cultura, e não os imigrantes de cultura germânica que teriam sucesso por terem uma cultura mais avançada em comparação à da população lusitana estabelecida no litoral.

No entanto, Cunha (1982) ajuda a compreender o sentido dessa migração ao explicar os caminhos dos imigrantes nas colônias e os sucessos de algumas empreitadas em diferentes regiões do Estado, como no eixo Joinville-Brusque-Blumenau, em Crisciúma e em Videira-Chapecó. As grandes ondas migratórias estão ilustradas no Mapa 1.

**Mapa 1 – Migração predominante nas regiões de Santa Catarina
(a partir do séc XVII até início do séc. XX)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de CEAG (1980, p. 74).

Segundo as hipóteses institucionalista e da dotação de fatores, ambos casos podem ser interpretados como decorrência de desenvolvimentos distintos devido às condições geográficas, que moldaram o avanço de certos incentivos jurídicos e econômicos de organização da produção. A primeira fase migratória, segundo essa visão, pode não ter tido o mesmo sucesso da segunda devido aos aparatos minimizadores de custos nessas regiões da primeira leva serem fortemente complementares com os observados no litoral que por sua vez não apresentava grande possibilidade de sinergia e intensificação de mercado interno e externo.

5. Formação sócio-espacial e crescimento articulado

O mais recente estudo sobre o desenvolvimento econômico catarinense foi empreendido por Alcides Goularti Filho em seu livro *Formação Econômica de Santa Catarina*, de 2002.⁷ Nesse trabalho, o autor busca uma explicação de fôlego, abarcando a história catarinense desde 1880. Ano que marca o início da industrialização no estado com a fundação da Companhia Têxtil Hering. O estudo vai até o liberalismo econômico iniciado na década de 1990.

Na construção de uma obra que sirva de apoio para a compreensão da história catarinense, o autor parte da revisão crítica dos trabalhos anteriores. Dessa contraposição, sugere uma nova leitura que possa substituir as versões anteriores. Essa nova leitura sobre o desenvolvimento econômico catarinense ganha o nome de “crescimento articulado” e é defendida por Goularti Filho (2002) como uma maneira de agregar numa só hipótese os acontecimentos internos que levaram às especificidades do caso catarinense. Ao mesmo tempo, faz a ligação com os fatos da economia nacional que serviriam de pano de fundo para que se conhecesse a real trajetória da formação econômica de Santa Catarina.

⁷ O principal trabalho de história econômica do Estado de Santa Catarina como um todo, publicado até então, fora CEAG (1980). Mattos (1968), Cunha (1982 e 1992) e Bossle (1988) haviam enfatizado a história da industrialização, enquanto Michels (1998), a política econômica. Goularti Filho (2002) lista também algumas das principais abordagens não-econômicas anteriores a seu trabalho, principalmente de historiadores e geógrafos.

Inicialmente, Goularti Filho rediscute o trabalho de Mamigonian (1965), enquadrável na escola geográfica da formação sócio-espacial. Esse trabalho de Mamigonian destaca que fatores sócio-espaciais como o tipo de imigrante e as iniciativas locais que culminaram no sistema colônia-venda foram fundamentais para que o caso catarinense contivesse suas especificidades. Essa formação deveria por isso ser considerada como um caso único, sujeito a um modo de produção, uma formação social e espacial peculiares. Essas peculiaridades foram exploradas por Goularti Filho de forma a defender e acrescentar que o desenvolvimento catarinense seria um movimento único decorrente de suas próprias características espaciais e sociais, embora articulado à economia nacional. Desta forma, ele vai ao encontro da idéia institucionalista de não relegar somente a fatores externos as causas do desenvolvimento econômico. No entanto, o autor Goularti Filho (2002) não se detém sobre as possíveis questões teóricas decorrentes dessa interpretação e continua com sua interpretação de cunho mais abrangente, que não esquece de considerar como relevante o fator geográfico.

Para Mamigonian (1965) e Goularti Filho, 2002, p.36), o tipo de imigração e a presença de pequena produção mercantil propiciaram o nascimento de algumas indústrias e a ampliação da divisão social do trabalho, permitindo a formação de um relativo mercado de consumo. Boa parte do excedente permaneceu em Blumenau e foi repartido entre os pequenos industriais e os pequenos comerciantes, possibilitando a constituição de uma base financeira indispensável ao movimento de industrialização no Estado. O surgimento de vários pequenos comerciantes e industriais nas zonas de colonização européia engendrou uma acumulação pulverizada e uma concorrência mais acirrada, permitindo a prosperidade de alguns capitalistas. Nesse universo de pequenos proprietários, surgem capitalistas que consolidam a indústria local.

Desta forma, a interpretação de Mamigonian difere das visões mais tradicionais desse fenômeno. Ela se contrapõe à visão schumpeteriana ao afirmar que não foram os empresários blumenauenses que dinamizaram a região, e sim, uma ótica inversa. Como a região era mais favorável ao surgimento de um capitalismo nascente — como diria a teoria institucionalista —, o ambiente socioeconômico permitiu o surgimento da classe de empresários que tiveram sucesso. Isso foi devido ao ambiente em que se encontravam, e não o contrário como afirmam os schumpeterianos. É por isso que duas décadas após, Mamigonian (1986, p.104; *apud* Goularti Filho, 2002, p.45) acha até que a “interpretação schumpeteriana (o papel dos empreendedores) ... parece pobre ...”

A inversão quanto ao tratamento dispensado ao empresariado de descendência européia não-lusitana vai ao encontro do que defende a teoria econômica institucionalista defendida por North e Thomas (1978) e principalmente por Sokoloff e Engerman, que são incisivos em destacar a importância do ambiente para a constituição de um empresariado mais ou menos dinâmico, e não o inverso, como se dá na interpretação schumpeteriana, que afirma que o empresário de origem européia é que foi capaz de diferenciar seu meio tornando-o mais propício ao sucesso econômico. Segundo a visão de Mamigonian (1965 e 1986) e Goularti Filho (2002, p.46), o meio catarinense foi quem permitiu que esse empresariado obtivesse relativo sucesso, e não o contrário, pois se os mesmos fossem tentar sua sorte em ambientes menos favorecidos poderiam ter variados graus de sucesso, o que não condiziria com a idéia de que a simples presença do imigrante é garantia de sucesso no processo de industrialização.

A idéia de crescimento articulado ganha outro argumento quando Goularti Filho acrescenta que a idéia de subordinação da economia catarinense frente ao resto do país conforme defendido pelos autores de visão desenvolvimentista, não resiste aos fatos quando melhor examinados.

A escola cepalina, representada por Mattos (1968), fundava-se na idéia de que Santa Catarina era uma mera “colônia” em relação a sua “metrópole”, São Paulo. Goularti Filho, a partir principalmente de Cano (1985), prefere em mostrar que havia de fato uma interdependência nas duas trajetórias e que essas não deviam ser examinadas em separado já que compõem o mesmo ambiente macroeconômico e social brasileiro.

O nome crescimento articulado está intimamente ligado ao fato de Goularti Filho tentar desmontar essa visão com a argumentação de que o crescimento catarinense esteve articulado não só com suas próprias especificidades internas (baseadas nos pontos discutidos por Mamigonian) como também pela inserção externa da economia catarinense no ambiente doméstico brasileiro.

Segundo os argumentos de Cano (1990, p. 105), cada Estado teve seu tipo peculiar de inserção no mercado nacional a partir de suas condições internas. De qualquer forma, as relações nacionais não se faziam desprezíveis, de forma que é impossível se considerar o desenvolvimento de um Estado sem considerar sua relação com a economia nacional. Por isso, a economia catarinense não deve ser analisada sob a ótica “centro-periferia”, pois a relação instituída era muito mais de complementaridade do que de exploração da economia catarinense.

Segundo ainda Cano (1990, p. 109), na verdade essa complementaridade com a economia paulista permitiu, em um período posterior, a intensificação da produção manufaturada catarinense. Além das possibilidades abertas pela intensificação do capital paulista na produção de manufaturados catarinenses, o Estado se beneficiou pelo aumento de demanda pelos produtos agrícolas do oeste do Estado, o que permitiu uma inserção (nas palavras do autor) “por meio dos novos produtos industrializados que abriam suas possibilidades de produção em Santa Catarina, além da inserção antiga que permitia um aumento da exploração da fronteira agrícola no oeste”. Sendo esta inserção antiga, embora menos intensa, mas já presente como fator de “impulso” na economia catarinense.

Esse duplo beneficiamento do Estado faz com que Goularti Filho (2002, p. 53) rejeite a hipótese cepalina ao mostrar que os ganhos superaram as perdas no cálculo de custos e benefícios decorrentes da maior inserção do Estado na economia nacional. E que ele deveria levar ao entendimento dessas questões nacionais quando se quiser compreender a trajetória do capitalismo no Estado catarinense.

Para tanto, o autor acrescenta que a discussão sobre a formação econômica catarinense deve ser entendida a partir das múltiplas determinações das dinâmicas internas e externas, dentro do movimento geral da industrialização brasileira. Deve-se também entender esse processo como um processo articulado com a situação do país, além de considerar suas próprias especificidades internas.

Goularti Filho (2002) deu um passo importante para explorar a história econômica catarinense sob uma ótica que permita agregar novas observações sobre os condicionantes desse processo. Amaral (2007), em linha com as idéias defendidas pelos institucionalistas, parece complementar as conclusões de Goularti Filho e Mamigonian, ao mostrar fatores internos que ajudaram a definir o padrão econômico social que certamente esteve relacionado com as instituições e essas com as dotações de fatores experimentados nesse caso específico de desenvolvimento econômico.

6. Considerações finais

Partindo do aporte teórico institucionalista e das dotações de fatores, fez-se um levantamento exploratório de questões que até então não haviam sido objetos centrais das análises mais conhecidas para o entendimento da economia catarinense. As principais correntes são o ponto de partida para que se entenda a maneira como o desenvolvimento do sistema capitalista no Estado vem sendo encarado.

A visão desenvolvimentista é revista sob a ótica deste trabalho. Argumentou-se que a evolução econômica de Santa Catarina esteve intimamente relacionada com a do resto do país, pois exercia um papel complementar no sistema cafeeicultor do sudeste brasileiro. Assim, pela teoria institucionalista, não se pode considerar a economia catarinense como periferia, sua inserção no contexto institucional brasileiro. O que se pode esperar da visão de dotação de fatores é que essa inserção é complementar ao resto do país.

A visão schumpeteriana busca explorar a relação entre o colono europeu não-lusitano e o sucesso das colônias do Estado. No entanto, a visão institucionalista parece não confirmar a tese schumpeteriana ao mostrar a importância de outros fatores “ambientais” que são necessários conjuntamente à mão-de-obra de melhor qualificação. Além disso, um arranjo colonial mais pluralizado politicamente e economicamente pode favorecer a criação de condições ou de instituições voltadas para as relações no mercado.

7. Referências bibliográficas

AMARAL, Thiago Periard do. **Formação Econômica de Santa Catarina: Uma Abordagem Institucionalista**. Florianópolis, 2007. 85 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina.

BOSSLE, Ondina Pereira. **Henrique Lage e o Desenvolvimento Sul Catarinense**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização Catarinense**. Florianópolis: FIESC / CNI, 1988.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento econômico e o empresário. **Revista de Administração de Empresas**, v.2, n.4, p.79-91, maio/ago.1962.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Origens étnicas e sociais do empresário paulista. **Revista de Administração de Empresas**, v.4, n.11, p. 83-103, junho 1964.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec. 1990.

CEAG/SC. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa Universitária. 1980.

COASE, Ronald. The Nature of the Firm - In: **The Firm, the Market, and the Law**, Chicago: University of Chicago Press, 1988. Original de 1937.

CUNHA, Idaulo José. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura. 1982.

CUNHA, Idaulo J. **O Salto da Indústria Catarinense: Um Exemplo para o Brasil.** Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

ENGERMAN, Stanley; SOKOLOFF, Kenneth. Paths of growth among New World economies. In: **How Latin America fell behind.** Stanford: Stanford Univ. Press. 1997.

ENGERMAN, Stanley; SOKOLOFF, Kenneth. Institutions, factor endowments, and paths of development in the new world. **Journal of Economics Perspectives.** V.14, n.3, Summer 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura. 2002.

HABER, Stephen; KLEIN, Herbert. The economic consequences of Brazilian independence. In: HABER, S. (org.) **How Latin America fell Behind.** Stanford: Stanford Univ. Press., 1997.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí.** Blumenau: FURB. 1987.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 27, n. 3, p. 489-483, jul.-set.1965.

MAMIGONIAN, Armen. Aspectos econômicos: indústria. In: Santa Catarina. Governo do Estado. **Atlas de Santa Catarina.** Florianópolis: GAPLAN, 1986. Pág. 104-106.

MATTOS, Fernando Marcondes. **A industrialização catarinense: análise e tendências.** Florianópolis: UFSC. 1968.

MICHELS, Ido L. **Uma Crítica à Economia Política Catarinense.** Campina Grande, 1993. 331 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Paraíba.

MICHELS, Ido L. **Crítica ao Modelo Catarinense de Desenvolvimento.** Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense. 1996. Original de 1942.

PREBISCH, Raul. Toward a New Trade Policy for Development. **Reshaping the World Economy**, Prentice-Hall, 1968

RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 371-377, 2005.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p. (Os economistas)

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Nova cultural, 1978.

WILHELM, Michel Ax ; SANSON, João Rogério. O imigrante germânico e o desenvolvimento econômico de São Pedro de Alcântara e Blumenau. **Atualidade Econômica**, Florianópolis, ano 14, n. 41, p. 9-12, 2002.